

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELO DIREITO A TERRA

Kergileda Ambrósio de Oliveira Mateus

Doutora em Educação

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - kmatteus@hotmail.com

Reginaldo Santos Pereira

Doutor em Educação

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - reginaldousesb@gmail.com

Resumo

A temática dos movimentos sociais do campo tem instigado a pesquisa na área das ciências humanas em decorrência do seu caráter aglutinador, que transformam forças sociais dispersas em grupos articulados e bem organizados na busca da inserção social, por meio de ações coletivas. O texto objetiva refletir sobre a luta pela terra, que representa a luta pela vida e dignidade dos homens e mulheres do campo. A atuação dos movimentos sociais pode provocar impactos importantes na forma de organização do campo como espaço de construção da vida. Nessa luta se busca a conquista da Reforma Agrária, a inclusão social, a luta contra toda forma de discriminação e injustiça e a preservação ambiental por meio do desenvolvimento sustentável. O estudo evidencia o papel da temática no campo da pesquisa científica com vistas a promover a superação das condições de exclusão a que homens e mulheres do campo estão historicamente submetidos.

Palavras-Chave: Movimentos sociais. Luta pela terra. Direitos humanos.

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais entram no cenário nacional com a finalidade de lutar pela garantia de direitos muitas vezes negligenciados pelo poder público e pelos diversos setores da sociedade, dentre eles o direito a terra como condição fundamental de sobrevivência.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada no ano de 1948, no seu artigo III afirma que todo ser humano tem direito a vida, e no artigo XXIII, que todos e todas têm direito ao trabalho. Nessa perspectiva, podemos argumentar que a luta pela terra representa a luta pelo atendimento a esses dois direitos. Ter e permanecer na terra pode representar a garantia de vida digna para aqueles que possuem apenas a sua força de trabalho para sobreviver e que possuem como formação profissional o cultivo da terra. Por meio do plantio e da colheita, homens e mulheres produzem não apenas os alimentos, mas produzem também uma forma particular de construção da vida, nessa íntima relação com a natureza. Procuramos trazer, por meio desse ensaio, algumas reflexões sobre a luta pela terra empreendida por homens e mulheres do campo que, de forma organizada e articulada, buscaram sua representatividade nos movimentos sociais como força aglutinadora de luta pelo direito de construir a vida no meio rural.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a participação popular por meio de movimentos sociais tornou-se objeto de estudo para diversos pesquisadores das mais variadas instituições na área das Ciências Sociais a partir das três últimas décadas.

Essa temática tem instigado a pesquisa em decorrência de seu caráter aglutinador, que transforma forças sociais dispersas em grupos articulados e bem organizados na busca da inserção social, por meio de ações coletivas. “Ao realizarem estas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos de algo passam a sentir-se incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (GOHN, 2003, p. 15-16).

Cabe ressaltar a nossa compreensão sobre o que são movimentos sociais. Concordamos com Gohn (2003), quando afirma que os movimentos sociais são entendidos como,

Ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas (GHON, 2003, p. 13).

Historicamente, várias ações foram empreendidas por classes e categorias sociais em busca de seus direitos e necessidades, ou contra as diversas formas de discriminação. No final da década de 1970 e início da década de 1980, os movimentos de maior visibilidade no cenário nacional foram os movimentos populares urbanos, articulados por grupos de oposição ao regime militar, dentre eles, os movimentos estudantis, o movimento operário, o movimento pelas diretas já, etc.

Com a nova conjuntura política, marcada pela implantação de um regime democrático ocorrido no início dos anos 1980, novas práticas de mobilização popular surgiram, transformando, nos anos 1990, as lutas sociais organizadas em movimentos populares (GHON, 2003), criaram-se, nesse contexto, novas lutas, tendo como base interesses e reivindicações de grupos diversos com objetivos distintos: movimento contra a fome; em favor da moradia; em prol de meninos e meninas de rua, etc.

Dessa forma, a sociedade brasileira viu crescer, nesse período histórico, grupos sociais com temáticas de lutas diferenciadas e que não desejavam mais apenas protestar, contestar, mas buscavam representatividade institucional, organizando-se em movimentos sociais, que “constituem um campo de ação social coletiva [...]. O repertório de ações sociais coletivas que os movimentos constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais específicos” (GHON, 2003, p. 8).

Com a conquista da democracia, os movimentos sociais mudaram seu modo de atuação,

realizando mais mobilizações e manifestações, que conferiam visibilidade por intermédio dos meios de comunicação, tornando-se mais estratégicos, alcançando dessa maneira maior representatividade institucional e uma ação mais efetiva.

A mudança que se operou nos movimentos sociais em decorrência da nova conjuntura política não descaracterizou, entretanto, a sua gênese de atuar coletivamente como resistência à exclusão e lutar em favor da inclusão social. Os movimentos sociais continuaram configurando-se como espaço alternativo que não deixa silenciar a luta, tornando-se porta-vozes de grupos minoritários do ponto de vista político e econômico, que sempre estiveram à margem na história.

A transformação do mundo em um lugar mais humanizado e menos injusto só se fará possível por meio do engajamento na luta. É preciso uma análise crítica das condições de exclusão a que muitos estão submetidos e tomando como base essa análise empreender ações que superem tais condições.

[...] Alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvelá-la, contudo, dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão (FREIRE, 2000, p. 32).

Como campo de formação humana, os movimentos sociais configuram-se, portanto, em espaços de trocas, conflitos e lutas que objetivam a diminuição das injustiças sociais e melhor distribuição de renda. Partindo dessa premissa, torna-se importante salientar o papel dos movimentos sociais do campo como destaque nessa dinâmica, “no Brasil dos anos 90, os movimentos sociais mais combativos e conflituosos estão no campo e não mais nas cidades” (GOHN, 2003, p. 17). O povo do campo, aglutinado com outros sujeitos sociais “provenientes das periferias urbanas e favelas que formam o grande contingente de excluídos, como os desempregados e subempregados, os sobrantes, enfim aqueles cujos destinos sociais não têm lugar na sociedade em que vivem, são desterritorializados” (SILVA, 2004, p.10), expropriados do direito à terra, organizam-se por meio de movimentos sociais e lutam para retornar às suas raízes históricas, econômicas e culturais, içando a bandeira pela Reforma Agrária, como marco da luta.

A luta dos trabalhadores rurais brasileiros pela terra, nos últimos anos, tornou-se condição essencial para a sobrevivência digna e promoção de inclusão social de uma significativa parcela da população, ao promover a formação de novos sujeitos sociais imbuídos por um objetivo comum, que extrapola a simples aquisição de um pedaço de chão, mas suscita o desejo de transformação da sociedade moderna, caracterizada pela mais valia e individualidade em detrimento de valores humanitários e coletivos.

Os atuais movimentos populares do campo imprimem em sua luta ações simbólicas cheias de significados políticos e culturais que, retratam de forma marcante a marcha de retorno à terra, o que incomoda a ordem vigente. As marchas, ritos e místicas causam inquietação a uma classe elitista que historicamente detém o poder e a posse da terra,

Incomoda não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é problema secular no Brasil. A impressão é de que o seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas, principalmente, os personagens que faz entrar em cena, e os valores que esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas (CALDART, 2005, p. 27).

Os movimentos sociais em favor da terra reconhecem a importância de ampliar seu campo de atuação na busca de parcerias nessa luta por justiça social, que é de todos, dessa forma, procura aproximar-se de outras lutas e envolver toda a sociedade, na busca por seus direitos.

[...] abrir-se à sociedade quis dizer especificamente levar a Reforma Agrária para as cidades, a partir de uma compreensão de que, embora ela seja uma luta a ser conduzida pelos próprios trabalhadores da terra, é também uma luta que diz respeito ao conjunto da sociedade e por esta deve ser assumida. *Reforma Agrária, uma luta que se faz no campo, mas que se decide na cidade* (CALDART, 2005, p. 42).

Tomando como base essa argumentação, torna-se necessário compreendermos que os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, como política social de redistribuição da terra, envolvem em suas ações, a elaboração e a implementação de um projeto político e social para o país, como condição de melhoria da vida dos trabalhadores rurais, que representam, nesse contexto, os filhos da terra esquecidos e marginalizados pelo sistema desumano que se estabeleceu com as políticas de acúmulo de capital e concentração de terra e de renda nas mãos de poucos privilegiados.

Os homens do campo não querem mais ficar calados, soltam o seu grito e levantam a bandeira da luta, que, muitas vezes, incomoda a ordem estabelecida e choca a comunidade ao erguerem seus barracos de lona preta nos acampamentos, ou ainda, quando marcham enfileirados para ocupação de terras que julgam improdutivas e também quando entoam seus cantos e evidenciam sua mística, dessa forma, mostram para a sociedade que o campo está vivo e em movimento. “O silenciamento e esquecimento não têm mais sentido, e se torna urgente ouvir e entender a dinâmica social, cultural e educativa dos diferentes grupos que formam o povo do campo” (ARROYO, 2004, p. 9).

Busca-se, na luta pelo retorno e permanência no campo, a escrita de uma nova história, em

que homens e mulheres, assumindo-se como sujeitos socioculturais, são protagonistas fazedores dos seus destinos, resgatando a sua essência relacional com a terra. “De modo geral, as lutas pela terra assumem na história um sentido cultural destacado, com dimensões simbólicas que talvez tenham a ver com a própria força mística da relação do ser humano com a terra” (CALDART, 2005, p. 28).

Nesse contexto, encontra-se como movimento social de grande articulação e com uma grande representação dos trabalhadores rurais, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que surgiu em 1979 no estado de Santa Catarina e é considerado como o de maior expressão nacional na luta pela terra na história atual do Brasil, confirmando a ideia do poder de organização dos grupos sociais minoritários, que, quando conscientes da sua força de ação, conseguem atingir objetivos antes considerados utópicos. Concordamos com Vendramini (2000), quando ressalta a importância social e política do MST, argumentando sobre seu protagonismo transformador.

Enquanto espaço de socialização política, o MST permite aos trabalhadores o aprendizado prático de como se unir, se organizar, participar, negociar e lutar, além da elaboração de uma identidade social, de uma consciência de seus interesses e direitos e, finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais (VENDRAMINI, 2000, p. 55).

O MST serve de modelo para outros movimentos sociais, por isso, torna-se salutar referendá-lo nas discussões e estudos que envolvem a reforma agrária e o retorno ao campo, pois anuncia uma nova história a ser construída pelos trabalhadores rurais, influenciando outros levantes que se indignam com sua condição de excluídos e buscam, por meio da militância, uma atuação efetiva no processo de transformação social.

CONCLUSÃO

A partir dessas argumentações percebemos que a atuação dos movimentos sociais pode provocar impactos importantes na forma de organização do campo como espaço de construção da vida. Nessa luta se busca a conquista da Reforma Agrária, a inclusão social, a luta contra toda forma de discriminação e injustiça e a preservação ambiental por meio do desenvolvimento sustentável. Mais que a terra, os homens e mulheres do campo desejam que seus direitos fundamentais sejam garantidos: o direito a vida digna, ao trabalho, a liberdade, dentre outros.

Buscamos por meio desse texto evidenciar a importância dessa temática no campo da pesquisa científica na busca de proposições que promovam a superação das condições de exclusão a

que homens e mulheres do campo estiveram e estão historicamente submetidos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3 ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 7^a. ed. Petrópolis RJ: Paz e Terra, 2000.

GHON, Maria da Glória(Org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: Unesp, 2004

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST**. Ijuí, RS: Unijuí, 2000.